

O PAPEL DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA EM MISSÕES HUMANITÁRIAS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO NA OPERAÇÃO ACOLHIDA¹

THE ROLE OF THE BRAZILIAN AIR FORCE IN HUMANITARIAN MISSIONS: AN ANALYSIS OF THE INTERIORIZATION PROCESS IN OPERAÇÃO ACOLHIDA

Luma Barroso Lopo Amaral²
Emilia Emi Takahashi³

RESUMO

Este trabalho versa sobre a atuação da Força Aérea Brasileira (FAB) na Operação Acolhida, que está sediada na cidade de Boa Vista-RR, e cujo objetivo é garantir o atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos. Historicamente, além do papel fundamental na segurança e defesa nacional, a FAB atua nas missões humanitárias, que têm o propósito de fornecer assistência e alívio às populações afetadas por crises. No cenário contemporâneo, as crises migratórias se destacam como resultantes de conflitos armados, instabilidade política, desigualdade econômica, violações dos direitos humanos, entre outros ligados às questões de defesa. Este trabalho visa esclarecer como a participação da FAB no processo de interiorização da Operação Acolhida pode trazer à tona sua atuação como agente de implementação de políticas públicas e contribuir para a projeção da Força e do país no cenário de defesa. O objetivo do artigo consiste em analisar o papel da FAB no processo de interiorização dos refugiados amparados pela Operação Acolhida, destacando as dimensões operacional e humanitária desta atuação. A metodologia utilizada foi embasada na pesquisa bibliográfica e documental, e em uma estratégia de métodos mistos para coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos. Os resultados apontam que lançar luz sobre as dimensões operacional e humanitária na Operação Acolhida traz à tona a relevância da FAB na implementação de políticas públicas e impulsiona a sua projeção e também do Brasil no cenário contemporâneo de defesa.

Palavras-chave: Operação Acolhida; Missões humanitárias; Crise migratória; Força Aérea Brasileira (FAB).

¹Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) da Academia da Força Aérea (AFA).

²Cadete Intendente do 4º Esquadrão (Turma Árion, 2024).

³Psicóloga. Doutora em Educação. Professora Associada da Academia da Força Aérea. E-mail: emiliaeet@fab.mil.br.

ABSTRACT

This work discusses the involvement of the *Força Aérea Brasileira (FAB)* in *Operação Acolhida*, which is based in the city of Boa Vista-RR, and aims to ensure the provision of services to Venezuelan refugees and migrants. Historically, in addition to its fundamental role in national security and defense, the Air Force has been involved in humanitarian missions designed to provide assistance and relief to populations affected by crises. In the contemporary context, migratory crises stand out as a result of armed conflicts, political instability, economic inequality, human rights violations, among other issues related to defense. This work aims to clarify how the *FAB's* participation in the resettlement process of *Operação Acolhida* can highlight its role as an agent in the implementation of public policies and enhance the presence of the Force and the country in the global defense arena. The objective of the article is to analyze the role of the *FAB* in the resettlement process of refugees supported by *Operação Acolhida*, highlighting the operational and humanitarian dimensions of this role. The methodology used was based on bibliographic and documentary research, and a mixed-methods strategy for collecting and analyzing quantitative and qualitative data. The results indicate that shedding light on the operational and humanitarian dimensions of *Operação Acolhida* underscores the relevance of the *FAB* in the implementation of public policies and boosts its visibility, as well as Brazil's, in the contemporary defense scenario.

Keywords: *Operação Acolhida*; Humanitarian Missions; Migration Crisis; *Força Aérea Brasileira (FAB)*.

INTRODUÇÃO

Segundo a Diretriz de Comando da Aeronáutica (DCA) 11-45, denominada Concepção Estratégica-Força Aérea 100, a FAB desempenha um papel crucial na proteção e defesa nacional, conforme sua missão de “Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria” (Ministério da Defesa, 2018, p. 20).

Em um cenário mais amplo das Forças Armadas no Brasil, os objetivos nacionais de defesa e as orientações sobre como atingir tais objetivos são apresentados na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). Esses documentos delineiam os objetivos e diretrizes para a segurança nacional no Brasil. Para esta pesquisa foram consultados a PND e a END que compõem a última versão aprovada pelo Congresso Nacional que data de 2016.

A análise desses documentos proporciona uma compreensão abrangente dos objetivos e da atuação das Forças Armadas (FFAA) para alcançá-los. Neste estudo, destaca-se a relevância da participação da FAB em missões humanitárias. Esta atividade pode ultrapassar o tradicional papel militar e valorizar a dimensão da implementação de políticas públicas de direitos humanos,

assistenciais, de saúde pública e de integração social. Tais ações podem impactar positivamente na projeção dos atores envolvidos e ainda sobre a mentalidade de defesa na sociedade brasileira.

No campo dos estudos de defesa, que se refere às pesquisas sobre FFAA, economia, ciência política, relações internacionais, indústria de defesa, antropologia, dentre outras, as crises migratórias são frequentemente associadas com conflitos armados internos e externos. Além disso, estão ligadas à instabilidade política ou econômica e à disputa por alimentos e recursos que forçam populações a buscar refúgio em território vizinho.

Para enfrentar crises migratórias que assolam o mundo contemporâneo e são decorrentes de conflitos, guerras e questões geopolíticas, o Brasil escolheu adotar atitudes multifacetadas. Essas atitudes incluem a interoperabilidade das FFAA, organizações não governamentais (ONG) e diversas agências públicas e privadas voltadas para a segurança do Estado, segundo De Resende Silva e Gomes (2021). Dentro deste cenário, o trabalho aborda o papel da FAB em uma operação de cooperação internacional criada pelo governo brasileiro para responder à crise migratória de venezuelanos que se deu na fronteira norte do país, na região amazônica.

Este território possui importância estratégica para a política de defesa do Brasil e, diante do aumento repentino e significativo da chegada de migrantes e refugiados venezuelanos, houve uma sobrecarga dos recursos disponíveis nessa área. Isso gerou uma série de desafios para o país, além da pressão sobre serviços públicos fundamentais, como saúde, educação, segurança e habitação, ameaçando desencadear tensões sociais e econômicas devido à demanda exacerbada por recursos e infraestrutura. Percebida como uma ameaça à garantia da segurança e da estabilidade desta localidade e também à defesa nacional, essa crise migratória acabou inspirando a criação da Operação Acolhida, a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária do Brasil, segundo Kanaan (2019).

Este trabalho enfoca sobre o papel da FAB na Operação Acolhida, uma iniciativa criada pelo governo federal em 2018 no município de Boa Vista–RR, que foi uma das principais cidades impactadas pela crise. Essa missão foi planejada para dar assistência emergencial aos refugiados por meio da interoperabilidade das FFAA e outras agências governamentais, não governamentais, nacionais, internacionais, entidades filantrópicas, religiosas, empresas públicas e privadas, a fim de garantir abrigo, alimentação, auxílio médico e jurídico para as pessoas afetadas (Brasil, 2023).

Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) se destaca como a Força singular envolvida no planejamento e na coordenação dos processos de ordenamento, abrigamento e de interiorização, que constituem a Operação Acolhida. A FAB atua prioritariamente neste último processo, fornecendo

apoio logístico e transporte aéreo para facilitar o deslocamento seguro e ordenado dos migrantes para diferentes estados brasileiros (Kanaan, 2019).

A etapa de interiorização de refugiados corresponde ao processo de expansionismo geográfico, social, econômico ou cultural que descreve o movimento de pessoas, empresas, instituições e recursos para áreas de interesse. Essa etapa pode ter diferentes implicações em diversos contextos, como a descentralização econômica, crises humanitárias, promoção do desenvolvimento regional, distribuição de recursos, imigração e acolhimento de refugiados (ACNUR, 2024).

Dentro das Forças Armadas, a FAB é encarregada pelo emprego do poder aéreo para responder às demandas em crises humanitárias, tanto operacional quanto assistencialmente, agindo como um agente de logística humanitária e também de implementação de políticas públicas. Essa responsabilidade se estende não apenas ao território nacional, mas também em operações no exterior.

Em razão de obstáculos naturais, como a densa floresta, a principal forma de acesso na Amazônia brasileira é por meios aéreos, revelando o destaque do papel da FAB nesta região (Força Aérea Brasileira, 2023). Sua atuação ocorre ao lado do EB, da Marinha do Brasil (MB) e em conjunto com outros ministérios, como o Ministério da Saúde (MS), das Relações Exteriores (MRE), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), dentre outros.

No caso da Operação Acolhida, suas ações envolvem voos que transportam venezuelanos de Boa Vista, capital de Roraima, para outras cidades brasileiras. As operações de transporte aéreo foram uma medida adotada pelo governo brasileiro e por organizações internacionais para lidar com um dos desafios humanitários resultantes da crise na Venezuela. Essas missões fazem parte de um esforço mais amplo para distribuir os venezuelanos em diferentes partes do Brasil, onde podem encontrar melhores oportunidades de emprego, moradia e integração socioeconômica, além de reduzir a pressão sobre Roraima e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades disponíveis no país (ACNUR, 2022).

Entende-se que a compreensão sobre a participação da FAB na Operação Acolhida pode esclarecer também sobre o potencial de projeção da Força. Esse potencial não se refere apenas à dimensão operacional e estratégica desta atuação, prevista no DCA 11–45 (Ministério da Defesa, 2018), mas também às questões de implementação de políticas públicas no campo da ajuda humanitária internacional.

Diante do assunto apresentado, a indagação a qual se visa estudar neste trabalho é: de que modo as ações e a presença da FAB contribuíram com a Operação Acolhida, no que se refere ao processo de interiorização dos refugiados em território brasileiro no período compreendido entre abril de 2018 e fevereiro de 2024?

Essa pesquisa teve como objetivo analisar o papel da FAB como agente responsável pela interiorização dos refugiados amparados pela Operação Acolhida. Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa teve como objetivos específicos:

- a) Descrever a Operação Acolhida e a crise migratória na fronteira do Brasil com a Venezuela no contexto maior das migrações internacionais contemporâneas no campo dos estudos de defesa;
- b) Identificar o papel operacional e de agente de políticas públicas de natureza humanitária da FAB no processo de interiorização da Operação Acolhida;
- c) Estabelecer uma conexão entre o número de refugiados transportados e o potencial de projeção de poder que essa participação na Operação Acolhida traz.

A maioria das pesquisas sobre a Operação Acolhida enfatizam o papel do EB, a natureza complexa de atividades de cooperação internacional e também trazem críticas de ativistas de direitos humanos de diversos campos. A pesquisa sobre o desempenho da FAB na Operação Acolhida torna-se particularmente relevante em um contexto em que sua atuação, como agente de implementação de políticas públicas e de direitos humanos, é pouco enfatizada e investigada. Desse modo, esta pesquisa se justifica por buscar esclarecer de que forma o desempenho da FAB na Operação Acolhida ultrapassa o tradicional papel exclusivamente militar, revelando dimensões humanitárias e relacionadas às políticas públicas, que envolvem um potencial de projeção da Força.

Após a apresentação dos desafios que as crises migratórias mundiais, especialmente a venezuelana, trazem em termos de segurança e defesa, além de refinar o objeto deste artigo em torno do papel da FAB no processo de interiorização da Operação Acolhida, faz-se necessário situar esses aspectos em um referencial teórico sólido. A seção seguinte oferecerá embasamento conceitual e analítico das crises migratórias, em especial, a crise venezuelana, das dimensões operacional e humanitária da atuação da FAB na Operação Acolhida e como esta participação pode trazer projeção para a Força e para o país no cenário de defesa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 REFUGIADO, MIGRANTE E AS RESPECTIVAS DIFERENÇAS DOS TERMOS

Refugiado e migrante são vocábulos que, embora frequentemente utilizados de forma intercambiável, possuem significados distintos. A temática dos refugiados e migrantes ganhou relevância global no cenário contemporâneo, refletindo complexas dinâmicas e conflitos de interesse socioeconômicos, políticos e humanitários que estão ocorrendo. Nesse contexto, De Paiva e Gonçalves (2019), em conjunto com definições do MJSP (Brasil, 2017), além das contribuições de Vasconcelos e Santos (2022), apresentam definições que podem levar a uma compreensão mais aprofundada dos termos.

A política nacional para migrantes e refugiados integra aspectos tanto da política externa quanto da política interna. A Segunda Guerra Mundial (1939–1945), trouxe mudanças no cenário das guerras, intensificando crises políticas e resultando em ações temporárias por parte de organizações internacionais para proteção social de indivíduos afetados por migrações forçadas. Esses fatores culminaram na criação do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 1950 (De Paiva; Gonçalves, 2019).

Conforme estipulado no artigo inicial da Lei n.º 9.474/1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências, é considerado “refugiado” qualquer pessoa que, em virtude de temores justificados de perseguição, esteja fora de seu país de origem e seja incapaz de buscar proteção nesse país ou opte por não o fazer. Isso inclui também aqueles que não possuem cidadania e se encontram fora do país onde costumavam residir, sem poder ou querer retornar (Brasil, 1997). Por outro lado, conforme definido pela Lei n.º 13.445/2017, que institui a Lei de Migração, um imigrante é alguém que é cidadão de outro país ou é apátrida, e que trabalha, reside e estabelece-se temporária ou permanentemente no Brasil (Brasil, 2017).

De acordo com essas disposições legais, embora ambos os termos se refiram a pessoas em movimento, é necessário salientar que os migrantes optaram por sair e têm a opção de retornar ao país de origem ou ao local onde residiam antes de se mudarem. Em contraste, os refugiados foram forçados a fugir de conflitos armados, guerras ou perseguições, e voltar ao local de origem apresenta um risco à sua segurança e bem-estar. Portanto, eles dependem da proteção internacional oferecida pelos países e pela Organização das Nações Unidas.

Apesar de os migrantes venezuelanos serem considerados refugiados por estarem sob a proteção internacional e receberem também proteção do governo brasileiro, de acordo com Vasconcelos e Santos (2022), essas denominações se confundem e não é possível afirmar com certeza quando se trata de um ou de outro. Portanto, neste estudo, ambos os termos são considerados válidos e utilizados.

1.2 CRISES MIGRATÓRIAS E SEUS DESAFIOS PARA DEFESA BRASILEIRA

Atualmente, a migração forçada de pessoas em países em crise é um fenômeno global que tem sido exacerbado pela proliferação de conflitos em diversas partes do mundo resultantes em fluxos migratórios maciços que transcendem fronteiras nacionais e demandam respostas coordenadas e eficazes da comunidade internacional. Nessa perspectiva, autores como Santos (2020), De Paiva e Gonçalves (2019), De Oliveira (2016), Nasser (2012), Kanaan (2019), relatórios da HumVenezuela (2023), além do relatório da Anistia Internacional, publicado em 2018, definem questões que contribuem ativamente com este trabalho. Eles trazem uma discussão a respeito das crises migratórias no Brasil e no mundo, identificando direitos e responsabilidades na proteção aos refugiados.

Em termos gerais, pode-se definir migração como o fluxo populacional de travessia entre fronteiras, seja nacional ou internacional, que abrange qualquer deslocamento de pessoas de um lugar para outro. De acordo com Santos (2020), os movimentos migratórios podem acontecer em pequenos grupos ou mesmo em comunidades inteiras, sendo, frequentemente, tratados como um problema a ser resolvido ou uma ameaça à alguma nação. Aqueles que migram para fugir de situações de conflitos, guerras e violação dos direitos humanos, e não podem voltar ao local de origem, são protegidos internacionalmente pelo princípio da não-devolução, dada a condição de refugiados.

Uma crise migratória se caracteriza pelas mudanças sociais e políticas enfrentadas por uma região após o aumento do fluxo migratório daquele local, sendo possível observar eventos marcados por tragédias, tensões e violação dos direitos humanos. Essa infringência das garantias de cada indivíduo aparecem muitas vezes como motivo de emigração dos seres humanos para buscarem refúgio em nações acolhedoras como o Brasil (De Oliveira, 2016).

Autores como Bógus *et al.* (2018), Figueira (2017), Guimarães e Cardim (2003), De Oliveira (2018), Bógus e Fabiano (2015) acrescentam para este estudo a motivação da migração de

venezuelanos pelo mundo, especialmente os que escolhem o Brasil como destino, para possibilitar a correlação da crise migratória venezuelana com as ações de políticas públicas aplicadas no Brasil através da FAB neste trabalho.

Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2024b) complementam essa pesquisa ao demonstrar que a crise na Venezuela provocou uma significativa migração compulsória em direção ao Brasil, especialmente na região amazônica e no estado de Roraima. Isso representa um desafio às habilidades de resposta do governo brasileiro e das organizações humanitárias, exigindo ações imediatas para suprir as necessidades dos refugiados.

Essas crises migratórias demandaram uma urgente cooperação internacional e respostas coordenadas para lidar com os desafios humanitários, sociais e de segurança que surgem delas. A proteção dos direitos humanos dos migrantes, a promoção da inclusão social e econômica e o fortalecimento da capacidade dos países de acolher e integrar os migrantes são aspectos essenciais na gestão dessas crises (De Paiva; Gonçalves, 2019).

A relevância da região amazônica para a política de defesa brasileira foi objeto de estudo de Castro (2006), Marques (2007) e Ribeiro (2022). Esses autores conceberam estudos acerca das relações diplomáticas construídas pelo Brasil com os países vizinhos, especialmente os fronteiriços com a região Norte. Em comum, suas pesquisas indicam que as políticas do país para esta região se destacam por desejar projetar a imagem de provedor de paz e contribuir ativamente na manutenção da ordem internacional.

1.3 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES HUMANITÁRIAS

Acerca da participação em missões humanitárias, observa-se que a Estratégia Nacional de Defesa (END), traz que as Forças Armadas devem conseguir participar de operações de cooperação internacional, de paz, ou [...] *de ajuda humanitária, para atender a compromissos assumidos pelo País ou para salvaguardar os interesses brasileiros no exterior e, dessa forma, contribuir com os objetivos da política externa exercida pelo Brasil* (BRASIL, 2016a, p. 43).

Com relação à relevância da participação das Forças Armadas em ações não prioritárias, foram consultados autores como Kanaan (2019), Da Silva e Simião (2007), e De Resende Silva e Gomes (2021). Eles descrevem a complexidade que a participação do Brasil em missões de cooperação internacional representa, mas também destacam a projeção de poder que a prestação de serviços humanitários envolvendo diferentes nações traz ao país.

Do campo das Relações Internacionais, Nasser (2012), enfatiza que a participação de militares e diplomatas brasileiros em operações de paz estão relacionadas com um pragmatismo político do Brasil em se projetar como força na esfera internacional. Para este autor, a solidariedade que caracteriza as participações brasileiras, e projeto de poder do país, se coadunam nas missões humanitárias em que participam civis e militares.

Com base nas pesquisas de Da Silva e Simião (2007), Kanaan (2019) e Nasser (2012), buscou-se identificar os desafios significativos em relação à proteção internacional e a necessidade de uma coordenação eficaz entre as múltiplas agências de esforços humanitários internacionais, algo bastante complexo dada a diversidade de atores envolvidos, incluindo governos nacionais, ONG, agências da ONU e outras instituições filantrópicas, religiosas, públicas ou privadas, como é a Operação Acolhida.

Sobre a participação brasileira nas missões humanitárias internacionais, Da Silva e Simião (2007) trazem à tona os desafios de se trabalhar em uma operação dessa natureza, alertando para a multiplicidade de problemas e atores envolvidos, tensões, disputas, preconceitos mútuos que devem ser considerados. Vasconcelos e Santos (2022) apontam para o perigo da prevalência de políticas de segregação, tutela e controle de populações, em operações de cooperação internacional, como vem ocorrendo nos campos de refugiados no mundo.

Para uma compreensão mais abrangente da operação em análise, foram consultadas as definições fornecidas pelo governo federal (Brasil, 2023). Desde seu início, a Operação Acolhida foi marcada por uma abordagem diversificada e coordenada, envolvendo vários ministérios, órgãos governamentais, agências internacionais e organizações da sociedade civil na prestação de assistência humanitária aos migrantes. Isso demandou a aplicação de diversas legislações, como a Medida Provisória (MP) 820/2018, posteriormente convertida na Lei 13.684/2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária, e outras que versam sobre o tema.

Os estudos de Da Silva (2020b), De Paiva e Gonçalves (2021) e Da Silva (2019), juntamente com os escritos de Kanaan (2019), esclarecem sobre como a Operação Acolhida visa garantir acolhimento humanitário, assistência básica e integração socioeconômica dos migrantes venezuelanos que chegaram ao Brasil e ampliaram e enriqueceram as definições consideradas neste trabalho.

1.3.1 FAB, logística humanitária e políticas públicas

Para uma compreensão abrangente sobre a logística humanitária, foram consultados autores como Ballou (2006), Da Silva (2011) e Bastos Júnior (2017), juntamente com a PND e a DCA 2-1 (2022), a Doutrina de Logística da Aeronáutica. Esse termo abarca a eficiente gestão de recursos e a distribuição de ajuda humanitária para as populações afetadas. No âmbito das políticas públicas, Vázquez e Delaplace (2011) e Da Fontoura (1999) fornecem definições essenciais para a compreensão do conceito neste trabalho.

De acordo com Ballou (2006), no campo do gerenciamento da logística empresarial, os militares comumente apresentam capacidades de iniciativa e organização que podem refletir positivamente no caso da participação da FAB na Operação Acolhida.

O modal de transporte, no contexto da logística militar e humanitária, se refere ao meio utilizado para movimentar pessoas, suprimentos e equipamentos. A escolha do modal adequado é crucial para o sucesso da operação, por impactar diretamente na eficiência e efetividade da missão (Ballou, 2006).

Do campo da gestão da logística humanitária, que abrange especificamente o processo de mobilização para auxiliar pessoas fragilizadas com o intuito de salvar vidas, aliviar o sofrimento e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, as contribuições vieram principalmente da pesquisa de Da Silva (2011).

A Doutrina de Logística da Aeronáutica (Ministério da Defesa, 2022) foi consultada para embasar o conceito de logística militar, o suporte dado às missões das Forças Armadas com diversas atividades como o fornecimento de equipamentos, pessoal, instalações e suprimento das necessidades materiais e de serviços de qualquer classe com a maior eficiência possível.

Sobre as necessidades de se aumentar a influência do Brasil globalmente e reafirmar seu compromisso com a preservação da paz e a cooperação entre nações, e das Forças Armadas assumirem responsabilidades cada vez mais importantes em atividades humanitárias e operações de manutenção da paz supervisionadas por organizações multilaterais, alinhadas aos interesses nacionais, recorreu-se à PND (Brasil, 2016b).

Por meio da END, foi possível evidenciar que os propósitos estratégicos do país incluem a participação das Forças Armadas em ações internacionais para apoiar a diplomacia externa, com foco específico em iniciativas de paz e ajuda humanitária, abrangendo as Forças vinculadas à Organização das Nações Unidas (Brasil, 2016a).

Conforme definido por Vázquez e Delaplace (2011), as políticas públicas representam iniciativas estatais dedicadas ao avanço do bem-estar coletivo. Elas se configuram como manifestações de interesse público conduzidas com recursos de igual natureza, uma vez que tanto os propósitos quanto os mecanismos ou procedimentos adotados para sua implementação derivam de esforços governamentais com vistas a maximizar o bem-estar social de maneira eficaz. Nessa perspectiva, as políticas públicas assumem o compromisso de enfrentar e resolver questões de interesse coletivo racionalmente, por meio de um processo deliberado de intervenções governamentais.

O estudo de Borges *et al.* (2023) sobre a participação das forças armadas na política pública voltada para migrantes foi utilizado para descrever como é possível integrar a vontade de atuar ou se abster, visando atingir um objetivo específico, e resolver uma questão de caráter público, fomentando o bem comum.

A participação fundamental da FAB na logística humanitária e na execução de políticas públicas durante a Operação Acolhida é explicada conforme estabelecido pela DCA 11-45 (Ministério da Defesa, 2018), e conforme a Diretriz Ministerial n.º 03/2018. Sobre este tema, a análise realizada por Silva (2022) e Da Silva (2017), juntamente com informações obtidas junto à Força Aérea Brasileira (2023) auxiliaram a compreender o papel central da FAB como uma das principais instituições envolvidas na Operação Acolhida e sua relevância na região amazônica.

Com base em pesquisas que versam sobre as capacidades operacional e de projeção de poder no mundo que a participação da Força em missões de paz abrange, como as de Bastos Júnior (2017) e de Da Silva (2017), buscou-se identificar e apresentar o potencial de projeção que a participação da FAB na Operação Acolhida pode trazer no cenário de defesa, em sua dimensão operacional. A dimensão humanitária da projeção de poder que a participação do Brasil em operações coordenadas pela ONU traz, foi baseada nas pesquisas de autores do campo das Relações Internacionais como Nasser (2012), De Resende Silva e Gomes (2021) e Da Fontoura (1999).

Sobre o processo de interiorização na Operação Acolhida, que tem como objetivo principal a realocação dos migrantes venezuelanos para outras áreas do Brasil, visando facilitar sua integração e aliviar a pressão sobre os recursos locais, recorreu-se a autores como Contini, Preussler e Nozu (2021), Da Silva (2020a) e Borges *et al.* (2023) que utilizam o termo para descrever o movimento de expansão demográfica, econômica, social e cultural para outras regiões do país. Adicionalmente, dados obtidos junto ao ACNUR (2022) e (2024) e ao Painel Interiorização (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024), uma plataforma *online* fornecida pelo

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), ofereceram definições e informações consolidadas e atualizadas sobre a interiorização de venezuelanos no território brasileiro.

Por fim, as contribuições de Dos Santos (2020) ofereceram percepções valiosas sobre a participação da FAB na Operação Acolhida, destacando as habilidades operacionais e logísticas da instituição militar, reforçando seu compromisso com a segurança e o bem-estar não apenas da população brasileira, mas também de outras nações vizinhas.

2 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2021), as pesquisas podem ser classificadas com base em seus propósitos mais gerais, e, neste sentido, este trabalho se insere no campo da pesquisa exploratória e descritiva. Dada a característica de flexibilidade, a maioria das pesquisas acadêmicas se classifica inicialmente como exploratória, até que os propósitos gerais estejam claros (Gil, 2021, p.26). Neste trabalho, a pesquisa exploratória trouxe clareza sobre as missões humanitárias que a FAB vem participando, tornando compreensível a articulação entre sua face operacional, ligada à segurança e à defesa nacional, e sua face humanitária, como agente de implementação de políticas de direitos humanos em operações de cooperação internacional. A classificação descritiva se relaciona com o objetivo de descrever o papel da FAB na Operação Acolhida, destacando o potencial de projeção de poder que esta ação pode proporcionar.

Segundo Gil, a metodologia também pode ser classificada conforme os procedimentos a serem seguidos na realização do estudo, nesse sentido, esta pesquisa é bibliográfica e documental. Os procedimentos empregados se embasaram na busca, leitura e análise de material já publicado sobre o tema, e também na análise de documentos e de relatórios de pesquisa. Ambos procedimentos permitiram esclarecer sobre as dimensões operacional e humanitária do papel da FAB na interiorização de refugiados, e sobre o potencial de projeção que a participação nesta missão humanitária pode abrigar. O contexto é a Operação Acolhida, iniciada em 2018, portanto, o trabalho contará com um delineamento temporal a partir de abril daquele ano até fevereiro de 2024.

Outrossim, a coleta, análise e interpretação dos dados seguiram estratégias da pesquisa de métodos mistos: qualitativos e quantitativos. Partindo de uma abordagem qualitativa, foi possível levantar dados e informações sobre a participação da FAB no processo de interiorização da Operação Acolhida, mas os dados do desempenho desta participação foram obtidos a partir de um levantamento quantitativo, considerando o delineamento temporal estabelecido.

De acordo com Creswell e Creswell (2021), a combinação de diferentes tipos de dados — abertos, no caso da pesquisa qualitativa, e fechados, no caso da pesquisa quantitativa — pode trazer uma melhor compreensão do problema de pesquisa. Para fundamentar o estudo sobre o papel da FAB em operações humanitárias, particularmente no processo de interiorização da Operação Acolhida, fez-se necessário buscar dados concretos solicitados junto à Operação Acolhida e à Organização Internacional para as Migrações (OIM). Estes dados obtidos por meio de correio eletrônico junto à OIM em 20 de março de 2024, foram articulados aos dados abertos, provenientes de documentos e do material bibliográfico selecionados e descritos, sendo interpretados com base em uma análise qualitativa.

Segundo Creswell e Creswell (2021), o método misto permite investigar mais fundo o objeto de estudo, iniciando-se com uma das abordagens e complementando-se com a outra. Nesta pesquisa, a fase qualitativa trouxe dados e informações que foram utilizados para criar uma fase quantitativa, que permitiu observar tendências, estabelecer uma correlação entre os dados e fazer projeções sobre a participação da FAB no processo de interiorização da Operação Acolhida.

3 A CRISE MIGRATÓRIA DE VENEZUELANOS

A América Latina enfrenta suas próprias crises migratórias, como a crise na Venezuela, que tem levado milhões de venezuelanos a fugir do país em busca de melhores condições de vida e segurança. Essa situação tem gerado desafios significativos para os países vizinhos, incluindo o Brasil, que tem visto um aumento na chegada de imigrantes venezuelanos em suas fronteiras, especialmente na região amazônica (De Oliveira, 2018).

Mais de 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2014, com cerca de 6,5 milhões se realocando dentro da América Latina e do Caribe. Muitos fugiram devido às condições financeiras adversas, enquanto outros escaparam de perseguições, inclusive por parte das forças de segurança e facções criminosas (HumVenezuela, 2023).

De acordo com Figueira (2017), a Venezuela tem uma extensa história de crises sociais, políticas e econômicas devido à sua dependência direta das exportações de petróleo. Por ser um país que depende economicamente de *commodity* sem o incentivo governamental do desenvolvimento de outras atividades econômicas, a cotação do barril de petróleo influencia na provisão de itens para a subsistência de sua população, com um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) quando o preço internacional do barril sobe e uma diminuição do PIB quando o preço do barril cai.

A dependência econômica do petróleo deixou o país vulnerável às flutuações de preço e demanda no mercado internacional. Isso levou a Venezuela, assim como outros países latino-americanos, a enfrentar períodos de instabilidade macroeconômica, como a crise do petróleo de 1973 e a crise do sistema financeiro internacional, que contribuíram para as crises políticas e sociais (Bielschowsky *et al.*, 2013).

Como resultado desta crise profunda, a sociedade enfrentou uma escassez extrema de alimentos e medicamentos, afetando particularmente grupos vulneráveis como crianças, idosos, gestantes e indivíduos em situação de maior fragilidade social. Este cenário de desespero levou ao surgimento de facções criminosas, que passaram a cometer abusos contra a parcela mais vulnerável da população (Anistia Internacional, 2018).

De acordo com Guimarães e Cardim (2003), com a descoberta do petróleo na Venezuela, o país se tornou um dos mais ricos neste recurso e o maior exportador de petróleo da América Latina, porém, com a crise econômica do petróleo e, devido a questões políticas nacionais, surgiram marcas sociais profundas, causando assim uma crise social no país e, com isso, a população nativa passou a buscar refúgio em outros países.

Essa instabilidade política, econômica e social foi um elemento crucial para que indivíduos deixassem suas residências e famílias em seus países de origem, buscando oportunidades melhores de vida em outras nações (Figueira, 2017).

De Oliveira (2018) avalia que o Brasil tem sido o país escolhido por diferentes populações que migram por ser reconhecido internacionalmente como um país acolhedor e hospedar diversas pessoas com culturas diferentes. Segundo Bógus e Fabiano (2015), recentemente o Brasil vem sendo escolhido para as migrações internacionais por ser signatário de acordos internacionais de proteção a refugiados desde 1960, e por adotar medidas benéficas para garantir direitos a essa parte da população.

Bógus *et al.* (2018) traz o acordo internacional definido pela ONU como “cooperação Sul-Sul”, em que países em desenvolvimento cooperam entre si, como uma abordagem crucial para colaboração entre os países da América Latina para lidar com questões comuns, como a crise migratória e a defesa da região amazônica. Essa cooperação conjunta-interagências não apenas visa mitigar os impactos das crises, mas também promover o desenvolvimento sustentável e a segurança regional em um contexto de crescente interdependência entre os países da região.

Especificamente sobre a região amazônica, de acordo com Castro (2006), o Brasil preza pela paz e defende o diálogo como solução de diversas divergências políticas e econômicas com os

países os quais possui relações. Nesse contexto, a nação brasileira determina as áreas próximas ao território nacional como regiões de interesse prioritário, tendo foco principal a região amazônica, que possui maior vulnerabilidade fronteiriça.

Dada sua vastidão e complexidade geográfica, a Amazônia desempenha um papel fundamental na segurança do Brasil, servindo como uma fronteira natural que requer vigilância constante, tornando essencial a presença e a atuação das FFAA brasileiras na região. De acordo com Ribeiro (2022), a Amazônia não apenas representa um ponto estratégico para a defesa nacional, mas também é um símbolo de cooperação e comprometimento com a paz e a segurança regional.

Sobre a presença militar na Amazônia, Marques (2007) destaca que a Força Aérea, entre as três Forças Armadas, é a que mais tem progredido na colaboração militar com os nossos vizinhos amazônicos. Para além das questões de segurança e defesa, a autora ressalta a importância simbólica da região para as Forças Armadas. Embora os avanços operacionais do Ministério da Defesa sejam modestos, no campo político eles são mais expressivos. Segundo a autora, uma série de acordos de entendimento na área de segurança e defesa, firmados com países amazônicos, vem ajudando a estabelecer medidas de confiança mútua essenciais para o fortalecimento da cooperação militar na América do Sul.

O Brasil reconhece a importância do diálogo e da cooperação internacional para garantir a segurança e a estabilidade na região, buscando resolver conflitos por meio de mecanismos diplomáticos e multilaterais. Nesse contexto, a Operação Acolhida emerge como uma iniciativa que demonstra o compromisso do Brasil não apenas com a defesa de suas fronteiras, mas também com os princípios humanitários. O EB vem se destacando no planejamento e coordenação de respostas aos desafios complexos e multifacetados na região amazônica, mostrando solidariedade e responsabilidade na prestação de assistência aos refugiados e migrantes, como principal atuante na condução da Operação.

4 OPERAÇÃO ACOLHIDA

As Forças Armadas vêm se aprimorando em operações de auxílio humanitário desde o começo do século XXI, sendo supervisionadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). O EMCFA tem como função principal garantir a cooperação entre as três Forças Armadas, melhorando a compatibilidade entre recursos militares e logísticos em prol da defesa nacional e em missões de paz (Da Silva, 2020b).

O Brasil recebe uma abundância de imigrantes venezuelanos, conforme relatado no Informe de Migração Venezuelana, que abrange dados de janeiro de 2017 até fevereiro de 2024, publicado em março de 2024. Aproximadamente um milhão de pessoas adentraram no país, gerando diversos desafios para as cidades de Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela, e Boa Vista, capital do estado, devido à insuficiência de estrutura e recursos adequados para lidar com a grande demanda de chegada de pessoas (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024b).

A chegada em grande número de venezuelanos provocou a sobrecarga dos serviços públicos em Roraima, desde 2014, e resultou na emissão do decreto estadual que declarou o estado de emergência social em 2017. Em fevereiro de 2018, o governo federal promulgou a MP 820/2018, que foi transformada na Lei 13.684/2018, estabelecendo medidas de auxílio emergencial para assistência a indivíduos em situação de vulnerabilidade devido ao fluxo migratório provocado pela crise humanitária (Brasil, 2018a).

Historicamente, o Brasil, em sua política externa baseada na paz e harmonia entre os povos participa ativamente em operações de paz, como na condução da FT Log Hum na Operação Acolhida. Esta FT compromete-se a orientar o coordenador operacional por meio do EMCFA, permitindo uma resposta eficiente às necessidades humanitárias que reforça o papel do Brasil como agente de apoio internacional em momentos de crise (Borges *et al.*, 2023).

A relevância do Ministério da Defesa (MD) para a região amazônica pode ser observada também pelo Decreto 9.286/2018, que o designa como Secretaria Executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE). Nesse contexto, o MD emitiu a Diretriz Ministerial n.º 03/2018, ordenando aos Comandantes das FFAA a realização da Operação Acolhida, sob a supervisão do próprio Ministério da Defesa (Brasil, 2018b).

Em 2021, foi estabelecido o Decreto 10.917/2021, que revogou o anterior e trouxe destaque ao CFAE, composto por vários Ministros de Estado, evidenciando a importância do MD para as iniciativas brasileiras de apoio emergencial (Brasil, 2021), especialmente em se tratando da região amazônica.

Como resposta à demanda de realizar a acolhida humanitária de imigrantes venezuelanos no estado de Roraima e implementar o planejamento e a execução da operação, foi criada a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), uma iniciativa coordenada e implementada pelo governo brasileiro em resposta à crise migratória proveniente da Venezuela e planejada pelo EB em três grandes eixos: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização (Kanaan, 2019). Essa Força-Tarefa foi criada para fornecer assistência humanitária, incluindo abrigo, alimentação,

assistência médica e apoio logístico, para os migrantes e refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil em busca de proteção e melhores condições de vida (Silva, 2022).

A Operação Acolhida foi estabelecida para gerenciar o influxo de migrantes venezuelanos que entram no país através da fronteira com Roraima, por meio de postos de triagem para cadastramento, provisão de abrigo e assistência, e posterior encaminhamento para outras regiões do país, de preferência com oportunidades de emprego garantidas, para possibilitar um recomeço seguro e viável (Ribeiro, 2022).

A coordenação e integração desses diversos atores requerem uma estrutura organizacional robusta e uma comunicação eficaz para garantir o sucesso das operações. Neste trabalho, o foco recai sobre o papel desempenhado pela FAB dentro dessa operação, buscando descrever sua contribuição para as atividades logísticas, de transporte e apoio aéreo, fundamentais para o êxito da missão humanitária em curso (Da Silva, 2020b).

Desde o seu início, a Operação Acolhida tem figurado como uma das maiores empreitadas humanitárias conduzidas pelo Brasil, recebendo reconhecimento internacional por sua eficácia e adesão aos princípios humanitários, apesar dos desafios e limitações enfrentados. Tal êxito evidencia o comprometimento do Brasil em honrar seus compromissos humanitários e prover proteção e assistência aos migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. A operação perdura, ajustando-se às necessidades emergentes e buscando soluções sustentáveis para a integração dos venezuelanos na sociedade brasileira (Kanaan, 2019).

Ademais, a Operação Acolhida tem promovido ações de sensibilização e conscientização acerca da condição dos migrantes e refugiados venezuelanos, buscando atenuar manifestações de xenofobia e incentivar uma cultura de acolhimento e solidariedade. Mediante campanhas educativas e eventos comunitários, a operação propõe-se a catalisar o diálogo e a integração entre os venezuelanos e as comunidades locais, contribuindo, assim, para a edificação de uma sociedade mais inclusiva e solidária (Da Silva, 2019).

Como a Operação Acolhida propõe uma resposta humanitária para o influxo migratório de venezuelanos, o papel da FAB pode ser entendido como elemento habilitador da implementação de políticas públicas de direitos humanos, que busca acolher, assistir e integrar os migrantes e refugiados venezuelanos na sociedade brasileira (De Paiva; Gonçalves, 2021). A seguir são apresentados elementos que permitem articular a Operação Acolhida com tais políticas públicas.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Apesar dos diversos ministérios envolvidos, no caso da Operação Acolhida, a articulação entre o MD e o MRE é enfatizada em vista das atividades para manter a estabilidade regional e cooperar nas áreas de fronteira do país. A cooperação Sul-sul embasa as ações do MRE (Bógus *et al.*, 2018), e ao MD e às FFAA cabe ampliar as parcerias estratégicas com as Forças Armadas de nações amigas, buscando contribuir com o fortalecimento, expansão e consolidação da integração regional, focando na pesquisa e desenvolvimento de projetos conjuntos de defesa (Brasil, 2016a).

Da Fontoura (1999) enfatiza a participação do Brasil em operações de manutenção da paz como um meio eficaz de promover uma imagem favorável do país globalmente, enquanto também evidencia o compromisso e interesse do governo brasileiro em assuntos relacionados à paz e à segurança internacional. Esta tese é compartilhada por autores como Nasser (2012) e Bastos Júnior (2017).

De acordo com Da Fontoura (1999), o engajamento em missões de paz da ONU é uma demonstração do compromisso do país em assumir responsabilidades relacionadas à paz e à segurança internacional.

Nesse contexto, torna-se evidente a relevância desse tema para a FAB, visto que sua participação em missões humanitárias pode ampliar a inserção do Brasil no cenário político global. Dado que este estudo se restringirá ao âmbito da interiorização, delinea-se uma estratégia focalizada em critérios específicos e medidas direcionadas, visando reposicionar a população venezuelana concentrada na região fronteira para outras áreas no território nacional.

Sob essa perspectiva e considerando o conceito apresentado por Vázquez e Delaplace (2011), pode-se caracterizar o eixo de interiorização como uma política pública, uma vez que constitui um conjunto de ações governamentais voltadas para solucionar um problema público, a saber, a concentração venezuelana na Região Norte do país, caracterizada pela escassez de oportunidades de emprego e de outros recursos que possam atender adequadamente toda a população.

4.2 FORÇA AÉREA BRASILEIRA COMO AGENTE DE LOGÍSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

A FAB desempenha um papel essencial no processo de interiorização da Operação Acolhida, a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária do país que abrange uma série de tarefas complexas, duas delas particularmente distintas, porém complementares, a logística operacional e a missão humanitária.

No âmbito internacional, a FAB é acionada toda vez que é requerido um maior apoio logístico, em situações emergenciais, e em operações humanitárias que envolvam ou não nações vizinhas (Ministério da Defesa, 2018).

Conforme estabelecido pela Diretriz Ministerial n.º 03/2018, na Operação Acolhida, cabe ao Comandante da FAB a incumbência de garantir a capacidade logística essencial para o transporte tanto da operação quanto dos imigrantes para distintas regiões do território nacional. Nesse contexto, atribuiu-se à FAB a responsabilidade primordial pela interiorização e redistribuição dos imigrantes venezuelanos ao longo do território brasileiro, visando à sua adequada integração e apoio humanitário.

A FAB, com sua experiência em operações aéreas e logísticas, é frequentemente acionada para fornecer ajuda em situações de desastres naturais e crises humanitárias. Por meio de sua capacidade de mobilizar recursos aéreos, incluindo aeronaves de transporte, helicópteros e equipes especializadas, a FAB realiza operações em áreas remotas e apoio logístico para organizações humanitárias (Da Silva, 2020b).

A participação da Força Aérea em operações humanitárias desencadeia uma série de benefícios de suma importância para a comunidade global, possibilitando uma resposta eficiente e rápida diante de crises e emergências. Para além do transporte de assistência humanitária, a FAB desempenha um papel crucial na coordenação logística dessas operações, promovendo a distribuição equitativa e eficiente de recursos nos locais afetados. Sua capacidade de coordenação e mobilização de recursos é essencial para assegurar que a ajuda chegue prontamente às áreas atingidas e seja distribuída de maneira eficaz aos indivíduos mais necessitados (Da Silva, 2017).

A logística operacional é a espinha dorsal da Operação Acolhida, de forma que a FAB coordena uma rede de transporte aéreo para movimentar recursos essenciais, equipes e suprimentos para as áreas de acolhida (Da Silva, 2020b).

Por representar a implementação prática de uma política de direitos humanos, de acordo com De Paiva e Gonçalves (2021), esta dimensão operacional também envolve uma série de atividades voltadas para o bem-estar dos acolhidos, garantindo a segurança e proteção dos acolhidos, especialmente os mais vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos. Desse modo, o papel da FAB neste tipo de operação não se limita apenas a fornecer ajuda imediata, mas também visa sensibilizar a população e os governos sobre a importância dos direitos humanos e da solidariedade em tempos de crise.

De acordo com Bastos Júnior (2017), a participação do Brasil em operações de paz internacionais, está intimamente ligada à capacidade operacional e logística da FAB, especialmente no que se refere às características do Poder Aeroespacial de alcance, mobilidade, pronta-resposta e velocidade.

Unindo essas duas dimensões — logística operacional e missão humanitária —, a FAB demonstra que, além de mover cargas e pessoas, também carrega a esperança e o compromisso com a dignidade e os direitos humanos. A capacidade de projeção de poder da FAB, não apenas reforça a eficácia das operações de paz, mas também destaca a importância da atuação brasileira no cenário internacional. Assim, conforme salientam Da Silva (2017) e Bastos Júnior (2017), a FAB não só se afirma como uma força crucial para a assistência em crises, mas também como um agente de transformação e apoio global, reafirmando o compromisso do Brasil com a promoção da paz e da ajuda humanitária.

Ao avaliar a participação de diplomatas e militares brasileiros em Operações de Paz da ONU, Nasser (2012) aponta para duas dimensões que embasam a motivação do país nesta atuação. A primeira, seria o desejo de ampliar a projeção do país no mundo, visando exercer uma maior influência militar e diplomática. A outra seria a de fortalecer um modelo brasileiro de resposta às crises, que se baseia no compromisso humanitário que o Brasil demonstra historicamente. A seguir são apresentados os dados da participação da FAB na Operação Acolhida que podem estar afinados com este potencial de projeção que o autor aponta.

5 INTERIORIZAÇÃO DE REFUGIADOS NO BRASIL

O termo “interiorização” é frequentemente usado para descrever o movimento de expansão demográfica, econômica, social e cultural para áreas do interior do país, fora das regiões metropolitanas, centros urbanos mais desenvolvidos ou fronteiras. Esse processo tem sido uma

característica importante da história e do desenvolvimento do Brasil é influenciado por uma série de fatores, incluindo políticas públicas, investimentos em infraestrutura, migração interna, dinâmicas econômicas e sociais, bem como mudanças na geografia da produção e do mercado. É um processo complexo e multifacetado que tem impactos significativos no desenvolvimento do país e na distribuição espacial da população e das atividades econômicas (Da Silva, 2020a).

Para enfrentar o fluxo migratório previamente mencionado, o governo federal desenvolveu a estratégia de interiorização, reconhecida internacionalmente como um modelo exemplar de acolhimento de refugiados e migrantes. Esse programa é caracterizado por sua natureza voluntária e gratuita, é considerada uma referência mundial em acolhimento humanitário devido à sua execução segura (ACNUR, 2021).

A interiorização é planejada com base nas necessidades dos municípios receptores e pode incluir a criação de abrigos e atender às demandas de empregadores por mão de obra qualificada (Kanaan, 2019).

Para solucionar os desafios trazidos pela crise migratória venezuelana, a interiorização constitui na fase em que ocorre a alocação voluntária e assistida de migrantes para outras unidades federativas, sendo concebida pelo governo federal como a medida primordial para mitigar a sobrecarga dos serviços públicos em Boa Vista–RR, proporcionando uma oportunidade de reinício para esses indivíduos. Este é um dos eixos previstos que permite a aplicação do conceito de diáspora a esse movimento migratório. Portanto, tal processo é conduzido com a colaboração direta de diversos atores, tais como as Forças Armadas, o ACNUR, a OIM, organizações civis e empresários, que se unem para receber os imigrantes venezuelanos em distintos estados brasileiros, onde são realocados (Contini; Preussler; Nozu, 2021).

A interiorização é a principal estratégia do governo brasileiro para integrar os refugiados venezuelanos ao país. A participação nesta etapa requer regularização, imunização, avaliação clínica e assinatura do termo de voluntariedade. Essa estratégia oferece quatro modalidades, incluindo saída de abrigos em Roraima para centros de acolhida e integração nas cidades de destino, reunificação familiar, reunião social e vaga de emprego sinalizada. O Ministério da Cidadania lançou o Painel Interiorização, uma plataforma *online* com dados sobre a interiorização de venezuelanos recebidos pela Operação Acolhida (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024).

É possível considerar a interiorização como o propósito final da Operação Acolhida, que possibilita que migrantes e refugiados optem por serem relocados, saiam da situação de acolhimento

e sejam assimilados pela sociedade brasileira, recebendo a adequada assistência social e integração socioeconômica. O deslocamento de numerosos indivíduos para várias localidades no país configura um macroprocesso intrincado (Borges *et al.*, 2023).

Todos esses procedimentos são coordenados pelo Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) e devidamente integrados de maneira sinérgica entre os entes estatais, agências humanitárias e organizações da sociedade civil envolvidas (Silva, 2022). Considerando que o artigo citado se propõe a analisar a implementação da política pública relativa à fase de interiorização, conforme o mesmo autor, a melhor abordagem para compreender esse complexo macroprocesso é subdividi-lo em três fases.

Na fase inicial, que antecede a interiorização, são abrangidas todas as ações realizadas pela FT Log Hum, organizações humanitárias, membros da sociedade civil e autoridades governamentais em níveis federal, estadual e municipal. Essas atividades precedem o embarque dos imigrantes venezuelanos nos meios de transporte com destino a várias localidades do Brasil.

Já na fase seguinte, que diz respeito à logística de interiorização, ocorre o deslocamento dos refugiados venezuelanos das cidades de origem, como Boa Vista–RR, Pacaraima–RR ou Manaus–AM, para as cidades de destino, utilizando-se de meios de transporte aéreo, terrestre ou fluvial.

Por fim, na terceira fase, após a interiorização, são contempladas as atividades de apoio, acompanhamento e encaminhamento de casos especiais, iniciando-se quando os refugiados venezuelanos chegam às suas cidades de destino. A seguir são apresentados dados concretos acerca do papel da FAB na distribuição de recursos humanos provenientes da crise humanitária venezuelana em território nacional.

5.1 FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA INTERIORIZAÇÃO DE VENEZUELANOS

Dos Santos (2020) afirma que as FFAA desempenham um papel central em todas as fases da logística de interiorização. Além das tarefas administrativas diretamente ligadas ao planejamento das viagens, compra de passagens, coordenação com receptores e empregadores, os militares participam ativamente da execução de toda a logística, encarregando-se do acompanhamento dos migrantes desde o início dos deslocamentos até seu destino, onde assumirão postos de trabalho, se reunirão com suas famílias ou serão entregues à responsabilidade da comunidade local.

Considerando que o foco principal do presente estudo está direcionado para o trabalho realizado pela Força Aérea Brasileira durante a Operação Acolhida, uma ênfase considerável é atribuída à fase de interiorização, especialmente na segunda etapa, que se concentrou na logística relacionada à migração interna dos refugiados em território brasileiro.

Conforme mencionado anteriormente, a logística de interiorização é conduzida por meio de diferentes meios de transporte: aéreo, terrestre e fluvial. O transporte aéreo é o mais prevalente devido à posição geográfica do estado e à grande distância dos principais centros urbanos brasileiros, para onde a maioria dos migrantes é encaminhada. Nesse contexto, os voos da FAB desempenham um papel essencial, utilizando suas aeronaves para os deslocamentos. Adicionalmente, é importante destacar que a OIM também adquire passagens para voos comerciais (Dos Santos, 2020).

De acordo com Dos Santos (2020), o transporte terrestre é empregado para percursos mais curtos, utilizando ônibus do Exército Brasileiro para distâncias inferiores a 150 km, enquanto ônibus fretados e a compra de passagens pela OIM são utilizados para deslocamentos acima dessa distância. Quanto ao transporte fluvial, sua utilização é mais restrita, envolvendo o fretamento de embarcações com origem na cidade de Manaus, o que não foi possível observar no relatório apresentado pelo Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024a).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

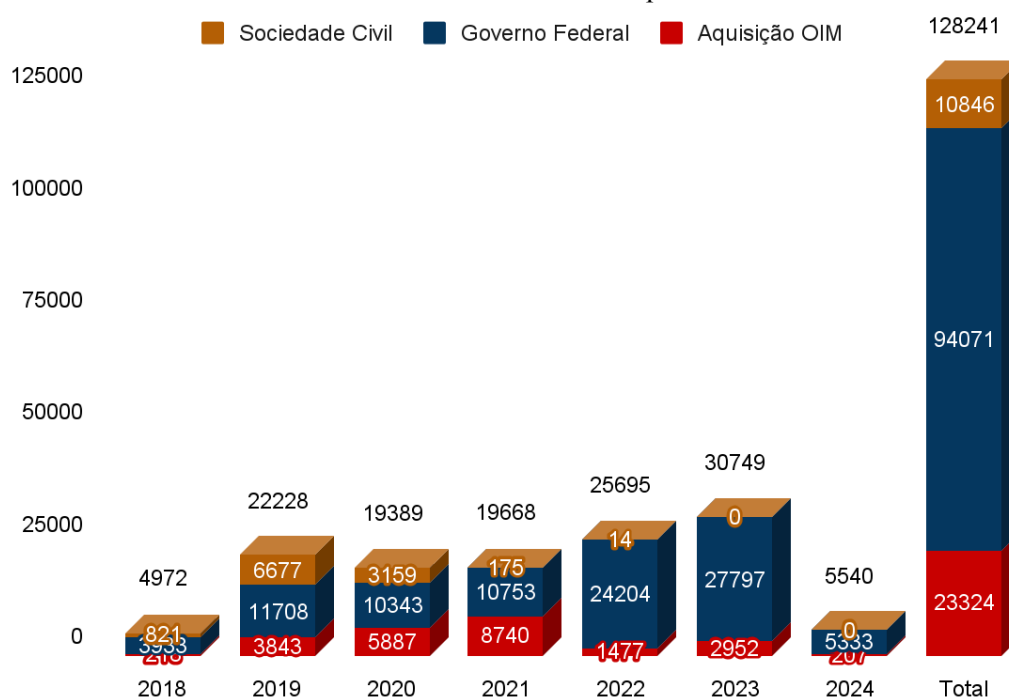
Durante a pesquisa, procurou-se obter informações confiáveis sobre o transporte aéreo dos imigrantes da Venezuela para cidades do Brasil, desde o início do processo de interiorização. Visando enriquecer o estudo, foram requisitadas informações precisas ao Coordenador Adjunto da FT Log Hum em março de 2024. No entanto, não houve resposta dessa fonte, o que por si só já é um dado que pode ser interpretado como a dificuldade de acesso a dados que promovem transparência e pode prejudicar a divulgação dos trabalhos das FFAA com a sociedade brasileira e o desenvolvimento da mentalidade de defesa no país. A obtenção desses dados foi possível por meio do contato com a OIM, a principal organização intergovernamental que lida com desafios ligados à migração humana.

Após requerimento enviado por correio eletrônico à OIM em 20 de março de 2024, como demonstrado no anexo A, foram adquiridos os dados quantitativos que subsidiaram a elaboração do

gráfico e proporcionaram uma medida da participação da Força Aérea Brasileira no processo de interiorização como um dos principais intervenientes.

É importante ressaltar que, segundo informações do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, no período compreendido entre abril de 2018 e fevereiro de 2024, a Operação Acolhida já promoveu a interiorização de um total de 128.241 imigrantes. Destes, 123.374 foram transportados pelo modal aéreo, enquanto 4.867 optaram pelo modal rodoviário, alcançando 1.026 municípios brasileiros. Sendo assim, pode-se afirmar que aproximadamente 96% dos deslocamentos realizados foram por vias aéreas (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024a).

Gráfico 1 Número de venezuelanos interiorizados pelos modais aéreo e terrestre



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados de abril/2018 até fevereiro/2024 fornecidos pela OIM.

O gráfico, construído com base nos dados contidos no anexo B deste trabalho, apresenta números que evidenciam a predominância de deslocamentos coordenados pelo governo federal, que atua através do EB, por meio terrestre e da FAB, por via aérea o que denota os consideráveis esforços empreendidos pelas FFAA para assegurar a integração e prestação de apoio aos indivíduos refugiados no âmbito nacional.

Como afirmado anteriormente, aproximadamente 96% dos deslocamentos são feitos pelo modal aéreo, logo, é possível constatar através do gráfico apresentado que 94.071 pessoas foram

interiorizadas pelo governo federal. Para uma análise da participação da FAB, foi aplicada a porcentagem citada na quantidade de pessoas interiorizadas pelo governo federal e obteve-se como resultado um valor de aproximadamente 90.500 pessoas.

Com isso, destaca-se a importância primordial da FAB no deslocamento desses asilados em território brasileiro, pois de 128.241 pessoas interiorizadas, 90.500 foram interiorizadas pela Força Aérea.

Analisando mais detalhadamente os dados do gráfico, é possível observar que nos anos de 2020 e 2021 houve uma redução na quantidade de venezuelanos interiorizados, pode-se associar à pandemia de Covid-19, que afetou severamente a mobilidade e a logística em todo o mundo. No entanto, a partir de 2022, houve um aumento notável na capacidade do governo federal em interiorizar imigrantes, com uma maior participação da FAB. Esse aumento pode ser atribuído à melhoria das condições logísticas da Força.

A aquisição do KC-30 em 2022 foi um fator crucial que possibilitou a interiorização de um número maior de refugiados. Essa aeronave, com sua grande capacidade de carga e alcance, permitiu a realização de mais voos e o transporte de um maior número de pessoas em cada operação, aumentando a eficiência das missões humanitárias da FAB.

Enquanto a FAB desempenha um papel vital em missões humanitárias e de assistência social, é fundamental lembrar que sua missão principal é a defesa do espaço aéreo brasileiro. Em tempos de paz, a realização de missões humanitárias ajuda a projetar a imagem da FAB e a justificar o orçamento destinado às Forças Armadas, através do *marketing* interno e da visibilidade positiva gerada. No entanto, em tempos de guerra, a prioridade absoluta deve ser a defesa do país. Essa dualidade de funções ressalta a versatilidade e a importância da FAB tanto em tempos de paz quanto em situações de conflito e reforça a importância da Força no cenário nacional e internacional.

Esses números sugerem que a FAB desempenha um papel central na logística de transporte dos refugiados venezuelanos, garantindo um deslocamento eficiente e seguro para as diversas regiões do país. Além disso, a alta proporção de deslocamentos coordenados pelo governo federal indica um forte compromisso do Estado brasileiro em lidar com a crise migratória de maneira abrangente e coordenada, buscando garantir a proteção e o bem-estar dos refugiados. No entanto, é importante continuar monitorando e avaliando esses dados para garantir que os esforços empreendidos continuem a ser eficazes e que as necessidades dos refugiados sejam atendidas de maneira adequada ao longo do tempo.

A FAB, na Operação Acolhida, atua como agente de políticas públicas, acolhendo refugiados venezuelanos, reforçando o compromisso do Brasil com os princípios humanitários e os direitos humanos, demonstrando solidariedade e responsabilidade internacional na gestão de crises migratórias. Essa ação estratégica demonstra solidariedade internacional e responsabilidade geopolítica, que pode efetivar a aspiração política nacional de fortalecer a imagem da FAB e do Brasil como atores competentes, pacíficos e comprometidos com o desenvolvimento regional. Além disso, os dados sugerem que o papel da FAB nesta operação evidencia um potencial de projeção de poder da FAB, não apenas militar, mas também em áreas como a da cooperação humanitária, e a implementação de políticas públicas presentes nesta atuação.

Em suma, o papel da Força Aérea Brasileira na interiorização de imigrantes venezuelanos destaca-se não apenas pela quantidade expressiva de pessoas transportadas, mas também pela capacidade de adaptação e resposta eficiente a crises humanitárias. A aquisição de novas aeronaves e a melhoria das condições logísticas são fatores que potencializaram esse processo. No entanto, é crucial manter o foco na missão de defesa da FAB, garantindo que, em qualquer situação, a segurança e a soberania nacional estejam asseguradas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de abandonar a própria pátria, não como uma escolha, mas como uma necessidade premente para proteger a própria vida e de seus entes queridos, é uma preocupação que a maioria dos brasileiros não possui. Mas o Brasil está entre os países que mais acolhe os migrantes e refugiados venezuelanos que passam por esta necessidade. Devido às características geográficas e vegetativas que compartilha com a Venezuela, a rota principal para essa migração tem sido através do extremo norte de Roraima, especificamente pela cidade de Pacaraima, servindo como ponto de transição, com Boa Vista como destino primordial.

A ação tomada pelo governo federal diante desta crise humanitária vai além de apenas manter os venezuelanos em campos de refugiados, uma medida rotineira em outras regiões do mundo. Em vez disso, foi adotada uma abordagem compassiva e inclusiva. A interiorização, uma solução original e distintivamente brasileira, que proporciona um novo começo àqueles que haviam perdido toda esperança, destaca-se como um modelo bem-sucedido e demonstra a capacidade nacional de resolver situações complexas em questões relacionadas à crise migratória internacional.

Após uma análise cuidadosa de todas as informações apresentadas, é possível afirmar que a FAB exerce um papel que envolve as dimensões operacional e de solidariedade ou humanitária, na solução de um problema mundial que também atinge o Brasil, as crises migratórias. Ao atuar na logística humanitária no processo de interiorização dos refugiados, a Força também exerce o papel de agente de implementação de políticas públicas, missão subjacente que evidencia o potencial de projeção de sua participação na Operação Acolhida.

Devido à consolidação das atividades de controle da fronteira e acolhimento, a interiorização emergiu como o principal pilar da operação. Sob esta política pública, durante sua fase de implementação, observou-se o Estado brasileiro atuando como impulsionador das diversas engrenagens envolvidas nesse procedimento. Neste artigo, a contribuição das Forças Armadas, em particular da FAB, que desempenhou um papel crucial na segunda fase da interiorização, na logística de interiorização, foi objeto de identificação e análise, visando relacionar esta participação com o potencial de projeção da Força que a Operação Acolhida traz.

A projeção da FAB no cenário de defesa nacional e internacional se ampara nas faces operacional, de transporte e logística, mas também assistencial, de solidariedade ativa, de sua atuação em uma operação conjunta-interagências em crises humanitárias e na defesa dos interesses nacionais. Ao desempenhar um papel central na logística de transporte dos refugiados, a FAB demonstra sua capacidade de mobilização rápida e eficiente para responder a emergências humanitárias e apoiar a garantia da segurança do território nacional. Essa experiência prática permite que a Força refine seus procedimentos, desenvolva melhores práticas que fortaleçam sua prontidão para responder a uma variedade de cenários de crise no futuro, considerando que sua atuação contribui para a sua projeção e do país no cenário de defesa nacional e internacional.

Enfrentar a crise humanitária atualmente em curso no norte do Brasil emerge como uma fonte valiosa de pesquisa para a coleta de dados e percepções, tanto para a formulação de políticas públicas quanto para compreender o envolvimento de atores estatais e não estatais no processo de interiorização. Neste contexto, o MD, se alinhando a outros Ministérios, como o MRE, e o MJSP, colocou a questão da crise migratória venezuelana na agenda pública nacional, atenuando os desafios em Roraima e proporcionando condições de vida dignas para o povo venezuelano. Essas políticas abrangem programas de integração social, acesso a serviços básicos e proteção contra a discriminação, ações não primárias na missão da FAB e refletindo o compromisso do Brasil com a solidariedade e o respeito aos direitos humanos.

Em momentos de crise, faz-se necessário unir esforços para ajudar aqueles em situação de maior necessidade o mais rapidamente possível e de maneira eficiente, visando minimizar ao máximo o sofrimento humano. Diante desse contexto, este estudo traz como reflexão o envolvimento da FAB em iniciativas humanitárias. O compromisso com os princípios humanitários tornam a FAB um parceiro fundamental em ações humanitárias e na implementação de políticas públicas, reforçando sua imagem como um ator competente no campo operacional e confiável e comprometido com a causa humanitária.

Durante esta análise, foi possível perceber que a coordenação entre as dimensões operacionais, logísticas e humanitárias deve ser observada para o sucesso das missões da Força Aérea, e fortalece o potencial de projeção no cenário de defesa. O exemplo concreto desse potencial é a Operação Acolhida, onde a FAB mobilizou recursos e pessoal para oferecer assistência humanitária a milhares de refugiados venezuelanos, demonstrando não apenas sua capacidade operacional, logística, mas também seu compromisso com a promoção dos direitos humanos e a estabilidade regional. Essa abordagem integrada não só fortalece a reputação da FAB como uma força de paz e segurança, mas também estabelece um modelo de como as instituições militares podem desempenhar um papel significativo na implementação de políticas públicas voltadas para o bem-estar humano, e ainda representar um potencial de projeção para o país.

Respondendo à pergunta desta pesquisa, que consiste em entender de que modo as ações e a presença da FAB contribuíram com a Operação Acolhida, no que se refere ao processo de interiorização dos refugiados em território brasileiro no período compreendido entre abril de 2018 e fevereiro de 2024, os resultados confirmam que a Força desempenha um papel crucial na interiorização dos refugiados venezuelanos, atendendo aos objetivos estabelecidos, indo além de seu papel militar tradicional e se destacando como agente de políticas públicas de natureza humanitária.

Como evidenciado pelos estudos apresentados neste trabalho, o desempenho notável da FAB em operações humanitárias de grande magnitude, como a Operação Acolhida, pode ser articulado a um potencial de projeção de poder e de confiabilidade no cenário de defesa nacional e internacional. A Operação Acolhida, em particular, demonstra a capacidade da FAB de mobilizar recursos e pessoal de maneira eficiente e eficaz. Esse desempenho reflete não apenas a capacidade operacional da FAB, mas também sua importância estratégica e diplomática, como agente de implementação de políticas públicas, que merece ser enfatizada.

Embora indiquem uma operação bem-sucedida, algumas limitações foram identificadas, como a integração social de venezuelanos nas cidades que os acolheram no interior do país. Para estudos futuros, recomenda-se uma análise mais aprofundada do impacto socioeconômico da interiorização nos principais municípios receptores, bem como uma avaliação contínua da eficácia das políticas de integração social. Essas perspectivas fornecerão visões valiosas para orientar futuras intervenções humanitárias e fortalecer a capacidade nacional de lidar com desafios semelhantes no futuro.

Além disso, sugere-se uma comparação do Brasil com outros países que lidam com crises de refugiados, para identificar práticas exitosas e desafios comuns. Seria interessante investigar se outras forças aéreas desempenham um papel semelhante ao da Força Aérea Brasileira no apoio a operações humanitárias, avaliando o impacto e a eficácia dessas intervenções em contextos variados.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Entenda o que é a estratégia de interiorização e por que ela é referência global**, 2021. Disponível em: [Entenda o que é a estratégia de interiorização e por que ela é referência global – UNHCR ACNUR Brasil](#). Acesso em: 13 jun. 2024.

ACNUR. **Interiorização beneficia mais de 76 mil pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela no Brasil**, 2022. Disponível em: [Interiorização beneficia mais de 76 mil pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela no Brasil](#). Acesso em: 30 jan. 2024.

ACNUR. **Interiorização**, 2024. Disponível em: [Interiorização – UNHCR ACNUR Brasil](#). Acesso em: 1 fev. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/2018: O Estado dos Direitos Humanos no mundo**. Relatório. Londres: Amnesty International, 2018. Disponível em: [Anistia Internacional Informe 2017/18](#). Acesso em: 28 fev. 2024.

BALLOU, Ronald H. **GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS/LOGÍSTICA EMPRESARIAL**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BASTOS JUNIOR, Sérgio Rodrigues Pereira. **Aeronave de grande porte com capacidade de transporte aéreo logístico e de reabastecimento em voo**: uma necessidade para o poder aeroespacial. 2017. Monografia (Doutorado) - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2017.

BIELSCHOWSKY, Ricardo *et al.* (Ed.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: CGEE, 2013.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, p. 126-145, 2015.

BÓGUS, Lucia Maria Machado *et al.* **Migrações sul-sul**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2018.

BORGES, Telmo Santiago *et al.* Crise migratória Venezuelana: a participação das forças armadas na política pública nacional para migrantes. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, Curitiba, v. 21, n. 10, p. 14894-14914, 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: [L9474 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016a. Disponível em: [nacional de defesa](#). Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2016b. Disponível em: [nacional de defesa](#). Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: [L13445 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l13445). Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 820/2018**. 2018a. Disponível em: [MPV 820/2018 - Congresso Nacional](http://www.planalto.gov.br/legis/med/med820.htm). Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz Ministerial n.º 03/2018**. 2018b. Disponível em: [Diretriz n.º 03/2018](http://www.defesa.gov.br/diretriz-ministerial-n-03-2018). Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Decreto n.10.917. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 dez. 2021. Disponível em: [D10917](http://www.planalto.gov.br/legis/dec/dec10917.htm). Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Operação Acolhida**, 2023. Disponível em: [Operação Acolhida — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome](http://www.mds.gov.br/operacao-acolhida). Acesso em: 20 jun. 2023.

CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CONTINI, Alaerte; PREUSSLER, Gustavo; NOZU, Washington (Org.). **Fronteiras e direitos humanos**: análises interdisciplinares. Curitiba: Íthala, 2021.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DA FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse. **O BRASIL E AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS**. Brasília: FUNAG, 1999. 448 p.

DA SILVA, Kelly Cristiane; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Org.). **Timor-Leste por trás do palco**: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DA SILVA, Luiza de Castro Ferreira. **GESTÃO DA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA: PROPOSTA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DA SILVA, Salomão Pereira. **A Participação de Tropa da FAB nas Missões de Paz sob a égide da ONU como forma de Projeção de Poder do País e de seu Adestramento**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2017.

DA SILVA, Edna Fátima Pereira. **Um ano de interiorização dos venezuelanos no Brasil: xenofobia e fake news enquanto batalhas invisíveis dos refugiados**. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, p. 1-14, 2019.

DA SILVA, João Lucas Zanoni. **A Imigração venezuelana para o Brasil**: do ingresso em Pacaraima-RR ao início da interiorização em Dourados-MS. 2020a. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020a.

DA SILVA, Mayara Soares. **A logística da Força Aérea Brasileira em resposta a desastres: O caso da Operação Acolhida**. 2020b. Dissertação (Mestrado em Logística) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020b.

DE OLIVEIRA, Daniela Cristina Neves. A atual crise migratória europeia à luz do pensamento de John Rawls. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 2, p. 201-222, 2016.

DE OLIVEIRA, George Alberto Garcia. A utilização do componente militar Brasileiro frente à crise migratória da Venezuela. **Military Review**, n. 11, p. 1-15, 2018.

DE PAIVA, Ariane Rego; GONÇALVES, Ana Gabriela de Paiva. Breves apontamentos sobre a proteção social a refugiados venezuelanos no contexto brasileiro. **Dignidade Re-Vista**, v. 4, n. 8, p. 15-29, 2019.

DE PAIVA, Ariane Rego; GONÇALVES, Ana Gabriela de Paiva. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, p. 164-181, 2021.

DE RESENDE SILVA, Josias Marcos; GOMES, Thiago da Rocha Passos. Resposta governamental brasileira à crise migratória venezuelana: a contribuição das forças armadas na Operação Acolhida. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 10, n. 20, p. 164-191, 2021.

DOS SANTOS, Marcelo Ferme. **O papel das Forças Armadas Brasileiras durante a fase de interiorização da Operação Acolhida**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

FIGUEIRA, Mauro Sérgio. **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CADEIA GLOBAL DO PETRÓLEO: VENEZUELA E ARÁBIA SAUDITA EM PERSPECTIVA SISTÊMICA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **SICOFAA: Fortalecimento das relações entre as Forças Aéreas Americanas**, 2023. Disponível em: [SICOFAA: Fortalecimento das relações entre as Forças Aéreas Americanas](#). Acesso em: 8 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

HUMVENEZUELA. **FOLLOW-UP REPORT ON THE COMPLEX HUMANITARIAN EMERGENCY IN VENEZUELA**, 2023. Disponível em: [FOLLOW UP REPORT 2023](#). Acesso em: 28 fev. 2024.

KANAAN, Georges Feres. Operação Acolhida: a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil. **Doutrina Militar Terrestre**, v. 7, n. 18, p. 10-29, 2019.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando da Aeronáutica. Planejamento. DCA 11-45 – Concepção Estratégica – Força Aérea 100. Brasília, DF, **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n.180, 15 out. 2018. Disponível em: [DCA 11-45_Concepcao_Estrategica_Forca_Aerea_100.pdf](#). Acesso em: 15 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando da Aeronáutica. Doutrina. **DCA 2-1. Doutrina de Logística da Aeronáutica**. Brasília, DF. Portaria n.º 346/GC3. 2022. Disponível em: [DCA 2-1/2022](#). Acesso em: 15 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. **Deslocamentos Assistidos de Venezuelanos**. Disponível em: [Deslocamentos assistidos fev. 24](#). Acesso em: 15 mar. 2024a.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes. **Migração Venezuelana**. Disponível em: [Informe Migração Venezuelana - fev 24](#). Acesso em: 27 mar. 2024b.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Painel Interiorização**. Mds.gov.br. Disponível em: [Painel Interiorização](#). Acesso em: 13 mar. 2024

NASSER, Filipe. “*Pax Brasiliensis*: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas” in **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Kay Michael Kenke e Rodrigo Fracalossi de Moraes (Org.). Brasília, Ipea, 2012.

RIBEIRO, Helana Bartira Bernardino. **Projeto operação acolhida**: um estudo sobre a integração de refugiados venezuelanos na cidade de Recife–PE. 2022. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

SANTOS, Lucas Oliveira. **A CRISE MIGRATÓRIA NA VENEZUELA E OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**. 2020. Monografia (Bacharelado em direito) - UniEvangélica, Anápolis, 2020.

SILVA, Daniel Capell Farias. Operação Acolhida e Defesa Nacional: as ações de interiorização dos migrantes e refugiados venezuelanos. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 846, p. 57-67, 2022.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 30, 43-264, 2022.

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domitille. Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. **Revista internacional de direitos humanos**, v. 8, n. 14, p. 34-65, 2011.

ANEXO A — SOLICITAÇÃO DE DADOS A OIM

04/04/2024, 14:10

Gmail - RELATÓRIO DE DESLOCAMENTOS ASSISTIDOS DE VENEZUELANOS FEV. 24



Luma Lopo <lumalopo2@gmail.com>

RELATÓRIO DE DESLOCAMENTOS ASSISTIDOS DE VENEZUELANOS FEV. 24

2 mensagens

Luma Lopo <lumalopo2@gmail.com>
Para: iombrazil@iom.int

20 de março de 2024 às 08:36

Bom dia, sou aluna da Academia da Força Aérea e estou escrevendo um TCC sobre a interiorização de venezuelanos por meios aéreos. No gráfico relativo aos deslocamentos, no documento anexado, não possui os dados numéricos relativos a quantidade de venezuelanos interiorizados pela OIM, pelo Governo Federal e pela Sociedade Civil. Gostaria de saber se é possível disponibilizar os dados numéricos que construíram esse gráfico para eu diferenciar no meu TCC.

 **informe_deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos_fev24.pdf**
2500K

IOM Brazil <iombrazil@iom.int>
Para: "lumalopo2@gmail.com" <lumalopo2@gmail.com>

28 de março de 2024 às 16:25

Prezada,

A IOM Brazil agradece o seu contato.

Encontre em anexo as informações solicitadas.

Cordialmente,

IOM Brazil

Organização Internacional para as Migrações

Brasília – Brasil (GMT-3)

T. +55 61 3771.3772

www.brazil.iom.int | [Facebook](#) | [Twitter](#) | [Instagram](#)

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Caution! This message originated from outside IOM.

04/04/2024, 14:10

Gmail - RELATÓRIO DE DESLOCAMENTOS ASSISTIDOS DE VENEZUELANOS FEV. 24

===== The information contained in this electronic message and any attachments are intended for specific individuals or entities, and may be confidential, proprietary or privileged. If you are not the intended recipient, please notify the sender immediately, delete this message and do not disclose, distribute or copy it to any third party or otherwise use this message. The content of this message does not necessarily reflect the official position of the International Organization for Migration (IOM) unless specifically stated. Electronic messages are not secure or error free and may contain viruses or may be delayed, and the sender is not liable for any of these occurrences.

2 anexos

 **informe_deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos_fev24.pdf**
2500K

 **Interiorização por modal - 20240321.xlsx**
20K

ANEXO B — BASE DE DADOS FORNECIDOS PELA OIM

Mês	Aquisição OIM	Governo Federal	Sociedade Civil	TOTAL
abr. 2018	0	265	5	270
mai. 2018	0	262	3	265
jun. 2018	0	0	0	0
jul. 2018	0	293	6	299
ago. 2018	0	277	39	316
set. 2018	3	1232	166	1401
out. 2018	21	502	221	744
nov. 2018	45	360	183	588
dez. 2018	149	742	198	1089
jan. 2019	82	228	159	469
fev. 2019	208	212	519	939
mar. 2019	375	225	457	1057
abr. 2019	267	240	596	1103
mai. 2019	184	807	518	1509
jun. 2019	370	1441	493	2304
jul. 2019	305	1384	482	2171
ago. 2019	334	1310	1073	2717
set. 2019	429	1268	800	2497
out. 2019	393	2091	585	3069
nov. 2019	419	1287	797	2503
dez. 2019	477	1215	198	1890
jan. 2020	421	1912	677	3010
fev. 2020	439	1305	1366	3110
mar. 2020	420	729	1050	2199
abr. 2020	453	485	66	1004
mai. 2020	380	715	0	1095
jun. 2020	540	485	0	1025
jul. 2020	544	659	0	1203
ago. 2020	448	852	0	1300
set. 2020	504	844	0	1348
out. 2020	611	889	0	1500
nov. 2020	599	640	0	1239
dez. 2020	528	828	0	1356
jan. 2021	557	803	0	1360
fev. 2021	662	447	0	1109
mar. 2021	797	471	149	1417
abr. 2021	1009	251	0	1260
mai. 2021	985	243	0	1228
jun. 2021	1090	377	0	1467
jul. 2021	876	961	5	1842
ago. 2021	1014	1423	6	2443
set. 2021	1025	1033	15	2073
out. 2021	610	1282	0	1892

nov. 2021	56	1742	0	1798
dez. 2021	59	1720	0	1779
jan. 2022	51	2212	0	2263
fev. 2022	0	1908	0	1908
mar. 2022	97	2171	0	2268
abr. 2022	120	1551	8	1679
mai. 2022	112	1911	0	2023
jun. 2022	112	2257	0	2369
jul. 2022	138	1761	0	1899
ago. 2022	135	2021	0	2156
set. 2022	115	1522	4	1641
out. 2022	69	3048	2	3119
nov. 2022	124	1939	0	2063
dez. 2022	404	1903	0	2307
jan. 2023	510	2069	0	2579
fev. 2023	415	1974	0	2389
mar. 2023	390	2987	0	3377
abr. 2023	1	2178	0	2179
mai. 2023	90	2487	0	2577
jun. 2023	69	2177	0	2246
jul. 2023	82	2434	0	2516
ago. 2023	101	2377	0	2478
set. 2023	89	2081	0	2170
out. 2023	514	2628	0	3142
nov. 2023	623	2633	0	3256
dez. 2023	68	1772	0	1840
jan. 2024	48	2758	0	2806
fev. 2024	159	2575	0	2734
TOTAL	23324	94071	10846	128241

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Roberto e Lucia, pela vida que me deram, aos meus irmãos, Saulo e Lucas, que sempre foram minha inspiração, aos meus amigos de farda, por tornarem meus dias na caserna melhores.

Não poderia deixar de agradecer aos que me auxiliaram no início desta jornada acadêmica, Tenente Coronel Winckler, que se voluntariou para me apoiar na coleta de dados, e Mestre Emilia, minha orientadora, que me encorajou e ajudou a escrever este trabalho.